

Brasil presta hoje honras fúnebres a militares

O presidente do Senado, José Sarney, comparecerá às honras fúnebres que o Ministério da Defesa prestará aos militares mortos no terremoto que atingiu o Haiti. A cerimônia será realizada hoje, às 15h, na Base Aérea de Brasília. Entre os mortos, está o coronel Emílio Carlos Torres dos Santos, que atuou como assessor parlamentar junto ao Senado.

Em nota à imprensa, os comandos do Exército e da Aeronáutica informaram que, tendo em vista a necessidade de complementação dos trabalhos de medicina legal, no tocante à conservação dos corpos, em razão das sérias dificuldades de infraestrutura no Haiti, o avião que os trazia – um Hércules C-130, da Força Aérea Brasileira – fez um pouso técnico em Manaus.

O comando do Exército anunciou também a morte de mais um militar brasileiro em decorrência do terremoto que devastou Porto Príncipe. De acordo com a nota divulgada, foi identificado o corpo do major Márcio Guimarães Martins, que estava desaparecido desde o sismo.

Com a confirmação, subiu para 18 o número de militares brasileiros mortos em consequência da tragédia. Três civis também morreram no terremoto – a médica sanitária Zilda Arns; o diplomata Luiz Carlos da Costa, o número dois da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti; e uma brasileira com dupla cidadania.

Cerimônia

Por determinação do Comando da Força Aérea Brasileira, o acesso à cerimônia de honras fúnebres a esses militares será restrito a familiares e autoridades.

Congresso vai decidir sobre o aumento da tropa no Haiti

José Sarney convoca para a próxima segunda-feira reunião da Comissão Representativa a fim de analisar projeto de decreto legislativo que deverá aumentar em 800 militares o contingente das forças de paz



Na Base Aérea de Porto Príncipe, militares brasileiros participam de cerimônia fúnebre em homenagem aos colegas falecidos

Uma conversa telefônica com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o presidente do Senado, José Sarney, foi informado de que o governo vai enviar ao Congresso projeto de decreto legislativo para aumentar em 800 militares a missão brasileira no Haiti. Em razão disso, Sarney decidiu convocar, para a próxima segunda-feira, às 15h, reunião da Comissão Representativa do Congresso para deliberar sobre o assunto.

O Poder Executivo quer autorização para enviar ao Haiti mais 700 homens do Exército Nacional e outros 100 da Polícia Militar para um reforço nas medidas de segurança em vigor naquele país. No início da tarde de ontem, Sarney entrou em contato com os integrantes da Comissão Representativa, informando-os do assunto.

A Comissão Representativa do Congresso é formada por oito senadores e 17 deputados e pode deliberar sobre medidas que exijam aprovação dos congressistas durante o recesso parlamentar.

Comissão Representativa

Oito senadores e 17 deputados devem deliberar sobre medidas que exijam aprovação dos congressistas durante o recesso parlamentar

Senadores

José Sarney (PMDB-AP) • João Ribeiro (PR-TO)
Aloizio Mercadante (PT-SP) • Valdir Raupp (PMDB-RO)
Adelmir Santana (DEM-DF) • Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Epitácio Cafeteira (PTB-MA) • Cristovam Buarque (PDT-DF)

Deputados

Dr. Paulo César (PR-RJ) • Edio Lopes (PMDB-RR)
Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG) • Mauro Benevides (PMDB-CE)
Odair Cunha (PT-MG) • Paes Landim (PTB-PI) • Pedro Chaves (PMDB-GO)
Reginaldo Lopes (PT-MG) • Rubens Otoni (PT-GO)
Virgílio Guimarães (PT-MG) • Arnaldo Jardim (PPS-SP)
Eduardo Gomes (PSDB-TO) • Guilherme Campos (DEM-SP)
Leonardo Vilela (PSDB-GO) • Marcos Montes (DEM-MG)
Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) • Sarney Filho (PV-MA)



Sarney recebeu do ministro Nelson Jobim a informação sobre envio de projeto ao Congresso Nacional

Ex-assessor do Exército atuou no Senado

O coronel Emílio Carlos Torres dos Santos foi um dos 18 militares brasileiros que morreram durante o violento terremoto que atingiu o Haiti no dia 12 de janeiro de 2010. Entre janeiro de 2008 e março de 2009, o coronel trabalhou no Senado Federal como assessor do Exército.

Ele estava no Haiti desde maio de 2009 e faleceu no Hotel Christopher, uma das bases da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. O coronel Emílio formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) na turma de 1985 e foi comandante do 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista, uma das unidades de elite do Exército brasileiro. Cearense nascido em Crateús, Emílio deixa a mulher, a médica Ana Paula Santos, e duas filhas, de 13 e 7 anos.

Emílio e os outros 17 militares brasileiros serão homenageados hoje em cerimônia de honras fúnebres que será realizada pelo Ministério da Defesa na Base Aérea de Brasília. Os corpos dos 18 militares chegaram ontem ao Brasil, mas o número de baixas militares ainda pode aumentar, bem como o número de civis brasileiros mortos (três até o momento).

Faleceram em decorrência do terremoto no Haiti os civis Zilda Arns Neumann, médica e sanitária que fundou e coordenou a Pastoral da Criança; Luiz Carlos da Costa, diplomata da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti e segundo na linha de comando civil da Missão; e uma brasileira com dupla cidadania (europeia) cuja identidade não foi divulgada.

Também faleceram em serviço os militares: major Márcio Guimarães Martins, coronel João Eliseu Souza Zanin, tenente-coronel Marcus Vinicius Macedo Cysneiros, major Francisco Adolfo Vianna Martins Filho, 1º tenente Bruno Ribeiro Mário, 2º sargento Davi Ramos de Lima, cabo Douglas Pedrotti Neckel, 2º sargento Leonardo de Castro Carvalho, cabo Washington Luís de Souza Seraphin, 3º sargento Rodrigo de Souza Lima, cabo Ari Dirceu Fernandes Júnior, e os soldados Tiago Anaya Detimermani, Antonio José Anacleto, Felipe Gonçalves Júlio, Rodrigo Augusto da Silva e Kléber da Silva Santos, subtenente Raniel Batista de Camargos e o coronel Emílio Carlos Torres dos Santos.

Marcello Casal Jr/Abir

Foto: StockXCHNG

Jone Araújo



Proposta de Casagrande amplia deveres da indústria com consumidor

Projeto aumenta exigências nos casos de recall

As campanhas para substituição de peças defeituosas de produtos industriais, conhecidas como *recall*, serão reforçadas caso seja aprovada proposta do senador Renato Casagrande (PSB-ES). O projeto aumenta a responsabilidade do produtor e do vendedor do produto e diminui os prazos atualmente previstos no Código de Defesa do Consumidor. As medidas se aplicam a produtos com alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou à segurança dos consumidores.

Os recalls mais conhecidos são os realizados pelos fabricantes de automóveis. Pelo PLS 190/08 – que será votado na Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) em caráter terminativo –, o fabricante deverá, além de alertar os consumidores pelos meios de comunicação, informar o problema imediatamente ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça.

As campanhas publicitárias deverão trazer dados completos sobre o defeito, os riscos e as medidas corretivas a serem tomadas. Os anúncios terão que ser veiculados em todos os estados onde o produto tenha sido vendido, com amplas informações sobre acidentes ocorridos, eventuais processos judiciais e providências adotadas pelos fabricantes ou fornecedores dos produtos defeituosos.

Pela proposta, o DPDC poderá determinar a prorrogação ou ampliação da campanha, caso entenda que os resultados não foram satisfatórios.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), relatora do projeto, afirma que a campanha de esclarecimento à população dará mais visibilidade às providências que podem ser tomadas no caso de produtos ou serviços defeituosos. Ela enfatiza que os reparos ou substituição de peças serão, compulsoriamente, gratuitos.

Conforme proposta, presidente, governador e prefeito que pretenda se reeleger deve deixar o cargo no prazo de seis meses antes das eleições, a exemplo dos demais postulantes

Afastamento de candidato a reeleição para o Executivo

OS OCUPANTES DE cargos do Executivo que desejarem concorrer à reeleição deverão ser obrigados a se afastar da função seis meses antes do pleito. Isso é o que estabelece projeto do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) que poderá ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) logo após a reabertura dos trabalhos legislativos, em fevereiro. A proposta tem parecer favorável do relator, Renato Casagrande (PSB-ES).

Atualmente, os titulares de cargos executivos não precisam deixar a função no caso de concorrer à reeleição. Apesar de entender que o instituto da reeleição “pode ter sido uma iniciativa saudável”, Marconi argumenta que a mudança ocorre sem as precauções devidas.

– Qualquer cidadão ocupante de cargo público que pretenda candidatar-se à Presidência da República, por exemplo, como um ministro de Estado, um magistrado ou diretor de empresa estatal, deve afastar-se de tal cargo para realizar sua preten-



Projeto de Marconi poderá ser votado em fevereiro pela Comissão de Justiça

são, à exceção do presidente da República. Este, caso seja candidato a qualquer outro cargo, será obrigado ao afastamento referido. Um governador de estado, do mesmo modo, pode manter-se no cargo como candidato à reeleição, mas não para candidatar-se ao Senado ou a deputado federal – observa o parlamentar.

Exposição à mídia

Casagrande salienta em seu parecer que não resta dúvida que a permanência no cargo garante ao candidato, no mínimo, possibilidades muito maiores de exposição à mídia e utilização

dos eventos e da agenda governamental em favor de sua campanha. O senador assinala que essa situação demonstra “desigualdade de meios entre os candidatos às eleições”.

– Pela atual legislação, o secretário de Educação que pretenda candidatar-se a deputado federal, por exemplo, deve deixar o cargo antes do início da campanha e, durante ela, não poderá participar de eventos de inauguração de uma escola. O governador candidato à reeleição, no entanto, está autorizado não somente a permanecer no cargo como também a comparecer ao evento público – concluiu.

Senado renova dois terços do Plenário em outubro

Dois terços do Senado (54 das 81 cadeiras) serão renovados nas eleições gerais de 3 de outubro deste ano, data marcada também para o primeiro turno do pleito para presidente da República e governadores e a escolha dos 513 deputados federais, além dos estaduais.

Os 54 senadores cujos mandatos se encerram em fevereiro de 2011 – data da posse dos novos senadores a serem eleitos em 2010 – poderão concorrer à reeleição ou a outros cargos eletivos.

Os outros 27 senadores que têm mandato até fevereiro de

2015 poderão continuar nos cargos, mas também têm a opção de afastar-se da Casa para concorrer à eleição de governador, vice-governador, presidente e vice-presidente da República ou ainda assumir postos no Executivo. Nesse caso, assumiriam o cargo seus suplentes.

Aviões, trens e ônibus poderão ter assento especial para obesos

Para garantir menos desconforto às pessoas com obesidade mórbida, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou projeto que obriga aviões, trens e ônibus (inclusive urbanos) a oferecerem assentos especiais para pessoas nessa condição, de modo a livrá-las do constrangimento de ocupar poltronas nitidamente inadequadas à sua condição física.

O PLS 578/09, que tramita na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), permite que as

empresas cobrem 25% a mais sobre o valor regular da passagem quando as pessoas obesas não puderem se acomodar em uma única poltrona, necessitando de dois assentos contíguos para seu conforto.

A proposta concede aos obesos o mesmo tratamento prioritário que já vigora em relação aos idosos, pessoas portadoras de deficiência, gestantes ou pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Para Serys, “todos percebem



Serys acha que obesos passam por constrangimentos inaceitáveis

que a inadequação dos assentos enseja [às pessoas obesas] situações de sofrimento e constrangimento que caracterizam inaceitável discriminação”.



Senador paranaense diz que presença do porto sobrecarrega as cidades

Osmar Dias propõe fundo para ajudar cidades portuárias

A criação de um fundo constitucional destinado a ajudar os municípios portuários a enfrentar os transtornos resultantes do comércio internacional que eles abrigam será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na retomada dos trabalhos legislativos, no mês que vem.

A proposta de emenda à Constituição (PEC 24/09), do senador Osmar Dias (PDT-PR) e relatada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), destina 2% da arrecadação do Imposto sobre Importação para manutenção, melhoria, ampliação e modernização da infraestrutura dessas cidades. Na avaliação de Osmar Dias, os serviços públicos e de assistência social ficam sobrecarregados pela presença do porto na cidade.

– Para o município, ter um porto é um privilégio, mas também um transtorno para a prefeitura e para a população local. Além do impacto no trânsito urbano causado pela presença de caminhões pesados, a cidade sofre um aumento expressivo na demanda pelos serviços sociais – explica o senador, cujo estado tem um dos portos de maior movimento do país, o de Paranaguá.

Osmar Dias explica que o bom funcionamento de um porto depende também das condições dos municípios. Por exemplo, um sistema viário bem sinalizado permite rápido acesso aos pátios de carga, assim como um eficiente sistema de saneamento assegura água potável, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais. Oferecer essas vantagens, em sua avaliação, é fator determinante em qualquer empreendimento produtivo, em especial nos serviços portuários.

– As prefeituras municipais precisam de um reforço financeiro para o atendimento das demandas derivadas da localização de um porto no município – afirma ele.

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente: José Sarney
- 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
- 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
- 1º Secretário: Heráclito Fortes
- 2º Secretário: João Vicente Claudino
- 3º Secretário: Mão Santa
- 4º Secretário: Patrícia Saboya
- Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920